



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

## COVILHÃ

ACTA N. ° 05/2007

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2007  
INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 17 HORAS E 30 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	<b>02</b>
- ANTES DA ORDEM DO DIA.....	<b>05</b>
- ORDEM DO DIA.....	<b>09</b>
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	<b>18</b>
- ENCERRAMENTO.....	<b>18</b>

**ACTA N.º 05/2007****ABERTURA**

Aos catorze dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua Conde da Ericeira, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS****1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal da Covilhã para o ano 2008;
- 2.3** - 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2007 da Câmara Municipal da Covilhã;
- 2.4** - Derrama para o ano 2008;
- 2.5** - Proposta de Nomeação de Auditor Externo;
- 2.6** - Desafectação de Parcela de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado do Município – Teixoso;
- 2.7** - Expropriação por Utilidade Pública – Alargamento da Avenida Europa;
- 2.8** - Expropriação por Utilidade Pública – Requalificação Urbana da Zona da Estação para Construção de Novo Arruamento Urbano.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Carlos Alberto Matos Mendes. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dra. Maria de Fátima Teresa Paiva, Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Hélder Miguel Correia Morais, Dr. Domingos Sousa Beato, Dr. Artur Campos Meireles da Fonseca, José Manuel dos Santos Santarém, Dr. José Curto Pereirinha, Artur Filipe Schouten Patuleia, Marco António Barreiros Gabriel, João Manuel Barqueiro Lanzinha, Pedro Nuno Cunha Leitão, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Ricardo Emanuel Proença Abreu, Dr. José Simões Soares, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Dr. João Rosa de Almeida, Abel Fernando Pereira Cardoso, Dr. José Serra dos Reis, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. José Flávio Martins, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Isilda da Silva Barata, Eng.º Francisco José Puebla Simões, Dr. Carlos José Duarte Mineiro, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Luís Filipe de Matos Pais e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra), José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar - Galo), António Galdes Ramos (Casegas), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), António Paulo Pereira Ranito (Conceição), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Duarte Minhoto (Dominguico), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António Canário Marques da Silva (Orjais), Joaquim Carvalheira dos Santos (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Dr. Jorge Manuel da Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel), Carlos Alberto de Matos Mendes (Teixoso), Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira (Tortosendo), Enf. António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Galdes Rosa (Verdelhos) e João Paulo Gomes Baptista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Não compareceu o Excelentíssimos Senhor **Enf. António Mendes Paulo (Erada)**. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente sessão**. -----

### **PRESENCAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Chefe de Secção Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### ***APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 04, DA SESSÃO DE 04 DE OUTUBRO DE 2007***

--- Submetida a acta, previamente enviada por fotocópia a todos os membros convocados, à apreciação, foi interveniente o Senhor Dr. José Serra dos Reis dizendo que na página 11, na votação da Moção que apresentou, só foram mencionados os votos a favor, pelo que agradecia que os votos contra constassem. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que a seria feita a rectificação solicitada. -----

Assim, ***a Moção obteve 13 votos a favor (PS, PCP e BE) e 46 votos contra (PSD e CDS)***. -----

- Colocada a acta à votação, foi a mesma ***aprovada por maioria com 60 votos a favor e 2 abstenções dos Senhores: Abel Cardoso e Paulo Ranito (Conceição)***. -----

### **EXPEDIENTE**

- Ofício Circ. n.º 128/2007-PB da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, Parecer, do Prof. Doutor Joaquim Gomes Canotilho, sobre as Taxas de Gestão de Resíduos e da Qualidade da Água;
- Ofício da Câmara Municipal de Castelo Branco a agradecer a manifestação de pesar e condolências aos Familiares das Vítimas do acidente na A23;
- Ofício n.º 820-235702/X do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a informar que apresentou um conjunto de aditamentos à Proposta de PIDDAC para 2008;
- Ofício n.º GAP-2286/07 da Câmara Municipal da Covilhã a dar resposta ao requerimento do Senhor Deputado Dr. José Serra dos Reis.

## INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. Carlos Gil fez uma Declaração Política sobre a Revisão da Lei Eleitoral para as Autarquias e o acordo PS e PSD (doc. 1). -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro apresentou um Voto de Congratulação à Presidência Portuguesa da União Europeia (**doc. 2**). -----

--- Colocado o Voto de Congratulação à votação, foi o mesmo **aprovado por maioria, com 46 votos a favor, 5 votos contra (1 PSD, 3 PCP e 1 BE) e 4 abstenções**. -----

Foram feitas Declaração de Voto, pelos Membros:

- O Senhor Dr. Carlos Gil: “O nosso voto contra é pelo facto de não nos podermos regozijar com uma Presidência Europeia que, ainda ontem, culminou na assinatura de um Tratado que, entre outras coisas, coloca nas mãos dos seis principais Países, com maior População na Europa (a Alemanha, a França, o Reino Unido, a Inglaterra, a Espanha, a Itália e a Polónia), o poder de decisão em matérias não só de carácter económico, como até agora vinha acontecendo, como extravasando para questões de ordem que se prendem com a Justiça, para a militarização da NATO e que em última análise se trata de uma golpada política. Pois, mais não faz do que retomar o conteúdo essencial da Constituição Europeia que foi derrotada, por Refendo Popular, em alguns Países da Europa. Por isso, votamos contra”. -----

- O Senhor Dr. Serra dos Reis: “Teríamos todo o prazer em votar favoravelmente esta Moção, mas ... 1.º é que o PS está a propor fugir com este Tratado ao Referendo. Ora, penso que o Povo deve ser consultado, relativamente ao Referendo. Relativamente à Cimeira de África o que esteve em causa são negócios, não é resolver os problemas humanitários da África, tenho muita pena mas essa não é a Vossa preocupação; são os negócios da Organização Mundial do Comércio é, a continuação do Colonialismo à nova maneira”. -----

--- O Senhor Dr. Luís Fiadeiro apresentou uma **Moção de Rejeição à Alteração do Mapa Judiciário (doc. 3)**. -----

--- Colocada a Moção à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 61 votos a favor (PSD, PS, PCP e CDS) e 1 abstenção (BE)**. -----

Foram feitas Declaração de Voto, pelos Membros:

- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Nós votámos favoravelmente esta proposta, porque entendemos, também, que a Revisão do Mapa Judiciário não pode prejudicar a Covilhã, nas suas expectativas em relação à Administração da Justiça. Mas, também, há uma coisa que queremos reafirmar: toda a informação com que foi construída esta Moção, foi uma informação que apenas se refere aos estudos. Ora, como foi dito, também nesta Moção, isto tratar-se-á de uma decisão política. Portanto, confiaremos. O Partido Socialista confia no seu Governo e nos governantes

que o representam nos destinos de Portugal. Tem em conta e considera, também, que a Covilhã e a Região não tem razão de queixa do Partido Socialista.

Aprovámos porque concordamos com o princípio mas, também, não deixamos de realçar que aquilo que existe até agora são estudos, ainda não existe nenhuma decisão política. Talvez aqui se esteja, um pouco, a tentar fazer um aproveitamento político de um conjunto de estudos que no final conduzirão a uma decisão política. O Partido Socialista apoia e mantém a sua posição de pretender que os Tribunais e a organização do Mapa Judiciário não prejudiquem a administração da justiça no concelho da Covilhã. No entanto, considera de alguma forma também precipitada esta Moção. Porque ela é tida como base nos estudos que são feitos e nos pareceres que o Ministério pede para tomar estas decisões sendo dito inevitavelmente que a decisão é política e não técnica”.

- O Senhor Dr. Serra dos Reis: “A nossa abstenção, prende-se com o seguinte: nós concordamos com o fundo mas quando se recusa toda e qualquer reforma, nesta matéria, aí estamos em desacordo. Penso que há coisas que necessitam de ser reformuladas”. -----

--- O Senhor Prof. José Pinto (Boidobra) apresentou uma Proposta de Recomendação referente às verbas transferidas para as Juntas de Freguesia (**doc. 4**). -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata fez uma declaração política: “Lembraríamos, ao Senhor Primeiro-Ministro, alguns pequenos dossiers de que a nossa Cidade necessita de luz verde. Já foram referidos, vastíssimas vezes, pelo senhor Presidente da Câmara. Há dossiers que gostaríamos de ver desbloqueados, como: a zona de concessão de jogo das Penhas da Saúde; as Barragens; o problema de electrificação das linhas-férreas, pelo menos até à Guarda; o Plano de Urbanização da Grande Covilhã, que anda há anos a embatucar por autorizações, por decisões que é muito importante para nós, é muito importante para a Covilhã e outros tantos.

Eu hoje vinha aqui falar daquilo que tem sido permanentemente uma intervenção da oposição, e sobretudo do Partido Socialista, que recorrentemente vem reclamar por uma espécie de total bloqueamento da Câmara. Porque está totalmente endividada; porque não tem qualquer possibilidade de crédito; porque está a atingir os níveis tremendos de endividamento; porque não deixa que haja uma risonha contemplação do futuro; porque hipoteca o futuro dos Covilhanenses, etc. etc. Agora saiu, por quem de direito, a lista daquelas Autarquias que vão ser penalizadas porque não cumpriram o estatuído no Orçamento Geral de Estado e que vão ver decrescidos em 10% as transferências nos duodécimos. A Câmara da Covilhã, por milagre ou por cunha do Presidente Carlos Pinto, não vem lá. Nós sabemos que o Senhor Presidente Carlos Pinto se movimenta com alguma facilidade nos meandros do poder, mas o Poder Socialista é bastante hermético, convenhamos. Se a Lei anterior, das Finanças Locais, estivesse em vigor a Câmara da Covilhã ainda tinha 5 milhões, não é de euros é, de contos de possibilidade de endividamento. Com a actual Lei, como sabem foi congelada pelo Senhor actual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa recém-eleito António Costa, enquanto no seu papel de Ministro, com os Senhores Secretários de Estado, de muito má memória para as Finanças Locais, esta Assembleia manifestou-se maioritariamente sobre isso. Parece que essa Lei, esta Lei, tinha em conta um conluio, perdoem-me a expressão mas que não extravasa a cortesia parlamentar, para entalar, é o termo, grande parte de Autarquias de proveniência de votos sociais-democratas. Só que, suprema ironia do destino, o primeiro apanhado no “entalanço” é o actual Presidente da Câmara de Lisboa.

Eu lembro-me que o Senhor Presidente, actual, da Câmara Municipal de Lisboa, quer na campanha eleitoral, quer posteriormente, disse duas ou três coisas fantásticas, uma dela foi: quero por os computadores a zero; quero por a Câmara Municipal de Lisboa como Entidade de bem! Meus Senhores, isto fica bem a qualquer Presidente de Câmara, não interessa bem se quem fez essas dívidas foi ele, foi o anterior, foi o ante anterior, o que ele disse: quero por os contadores a zero. Quem é que não concorda com isto? Nós concordamos com isso. Outra foi, num jornal que saiu hoje ou ontem, que disse: se quiserem, alguns senhores Presidentes de Câmara, eu ensino-os a sacar o dinheiro à Banca. Penso que o Presidente Carlos Pinto não vai necessitar disso, porque felizmente nos tem habituado a gerir bem a Cidade sem sacar dinheiro à Banca.

Quero aqui fazer um desafio ao Senhor Presidente da Câmara, não sei se ele vai gostar, não sei se a minha Bancada vai gostar, não sei se as vossas Bancadas vão gostar, certamente não; mas... Senhor Presidente Carlos Pinto, desafio-o solenemente a propor a esta Assembleia a mesma proposta do Senhor Presidente António Costa, ponha os contadores a zero, ponha aqui à votação e a Assembleia vai aprovar por unanimidade e eu quero ver os Senhores Deputados do Partido Socialista, como fizeram “à outrance” os Deputados do Partido Social Democrata em Lisboa, a assinar de cruz e sem reflectir muito essa sua proposta, dos contadores a zero, resolvemos o problema”.

Terminou desejando, à População da Covilhã e a todos os presentes um Bom Natal. ----

--- O Senhor Dr. Serra dos Reis fez uma declaração política (**doc. 5**). -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu-se ao PIDDAC (**doc. 6**). -----

--- O Senhor Ricardo Abreu referiu-se à APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, da Covilhã (**doc. 7**). -----

--- O Senhor Dr. Carlos Abreu, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou que, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Carvalho, não está presente por se encontrar doente e internado nos Hospitais da Universidade em Coimbra.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia terminou desejando-lhe as melhoras e uma rápida recuperação do seu estado de saúde. -----

## **ORDEM DE TRABALHOS**

--- Submetida a Ordem de Trabalhos, à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente um ofício, a informar que foi dada continuação às acções objecto da última informação, e do Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que fica a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivada em pasta própria. -----

--- A Senhora D. Catarina Mendes pediu esclarecimentos (**doc. 8**). -----

--- O Senhor Eng.º José Oliveira pediu esclarecimentos (**doc. 9**). -----

--- O Senhor Dr. Serra dos Reis referiu que mais uma vez não era cumprida a Lei (**doc. 10**). -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro: “Eu não tinha previsto intervir neste ponto da Ordem de trabalhos, mas não pude deixar de o fazer para assinalar um facto político que acabámos de assistir, nesta Assembleia, no período de Antes da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado Bernardino Gata vem-nos falar, entre outras questões, da situação financeira do município. O Senhor Deputado Bernardino Gata, diz que não tinha consultado tanto o seu Partido como o Presidente. Eu não sei se eles gostaram disso .... Aquilo que o Senhor fez foi assumir claramente e, em consciência e, em verdade a situação difícil em que a Câmara está. Por isso propôs ao Presidente da Câmara, ao Executivo Camarário, que ponderasse a apresentação de um plano de viabilização financeira e de reestruturação financeira do Município. Ora, este é um momento de viragem, porque isto é aquilo que o Partido Socialista vem dizendo há muito tempo. Aquilo que o Partido Socialista vem dizendo, há muito tempo, é que esta situação, esta gestão Autárquica, conduzida pela maioria PSD, irá hipotecar no futuro, condiciona as opções no presente.

A Câmara Municipal da Covilhã não aparece na tal lista, que o Senhor Deputado fala, porque foi feito, há dois anos atrás, uma reavaliação do património dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento.

Nós, na altura, nesta Assembleia, dissemos e achávamos e estávamos convictos que essa reavaliação do património que, aliás é depois em 2006, criticada pelo Técnico que faz essa revisão, que revê o relatório de contas dos SMAS, era para, entre outras coisas, dourar as águas, os Serviços Municipalizados, com fim á sua privatização.

Vimos, hoje aqui, a constatar que permitiu aumentar a folga do limite de endividamento e por esse motivo a Câmara Municipal não está em incumprimento na lei das finanças locais.

Portanto Senhor Deputado, não se iludam que é pela boa gestão deste Município. Foi por esta manigância contabilística, digamos assim, que a Câmara Municipal continua a cumprir. Depois Senhor Deputado é importante também perceber em que sentido é que ia a sua proposta. Aquilo que o Senhor Deputado propõe é uma consolidação da dívida estrutural da Câmara ou entende que a dívida da Câmara é uma dívida conjuntural?

Perguntar, ao Senhor Presidente da Câmara, se admite ou não apresentar, a esta Assembleia, um plano de consolidação financeira da Câmara Municipal?”-----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata disse: “O Senhor Deputado Hélio Fazendeiro falou aqui numa manigância e ele acaba de fazer, perdoem-me não é descortesia, uma manigância regimental. Utilizou uma figura de manigância para me interpolar a mim.

Senhor Deputado, o desafio que eu fiz não dá razão, digamos, à ilação quase desenfreada que V. Exa. tirou: “o que o Senhor Deputado Bernardino Gata acaba de fazer é reconhecer que esta Câmara está...” Não, ao contrário.

Sabe que, quer na Lei antiga, quer nesta, não esgotámos, felizmente, a capacidade do nosso endividamento? Não há nenhum anátema sobre a Câmara da Covilhã. Nenhum empreiteiro deixou de executar uma obra por falta dos compromissos. Não somos castigados por ninguém por falta do cumprimento das amortizações Senhor Deputado. Isso é que V. Exas. desconhecem.

Senhor Deputado Hélio Fazendeiro o desafio que eu fiz, ao Senhor Presidente da Câmara, entenda-o como uma salutífera provocação para que não aconteçam oportunidades que só são dadas a certas Câmaras e que não são dadas às outras”. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro disse: “Então se aquilo que, o Senhor, aqui veio fazer não foi uma assunção clara, um rebate de consciência, diria eu, em relação à situação financeira da Câmara, foi o quê?

Então o Senhor vem propor à Câmara que apresente um plano de viabilização ou de reconsolidação financeira para uma Câmara que não precisa?

Só se faz um plano de recuperação, ou de consolidação financeira, numa situação financeira difícil.

Portanto não brinquemos com as palavras.

Eu admito que, se calhar, o Senhor Deputado do PSD nesta altura, vendo o caminho que a discussão tomou, se tenha arrependido de fazer essa proposta. Mas, saúdo-o, porque foi uma proposta sincera, foi uma proposta que de certeza lhe veio da sua consciência é uma proposta muito útil, que eu gostava de ouvir a resposta do Senhor Presidente da Câmara”. -----

--- O Senhor Marco Gabriel disse: “Não foi apresentado, conforme a alínea e), do artigo 53.º, o Relatório de Actividades da Câmara Municipal.

O que nos foi apresentado foi, a situação financeira que é, um mapa de envio obrigatório à DGO.

Se não há Relatório de Actividades, se não foi feita nenhuma intervenção, por parte da Câmara Municipal, no início do ponto. Eu nem sei sequer se, se pode estar a discutir o ponto. Qual é que foi a actividade da Câmara neste trimestre?” -----

## **2.2 - PROPOSTA DE ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ PARA O ANO 2008**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 27 de Novembro de 2007, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de

Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 9658 de 2007.11.28 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Dr. Curto Pereirinha (**doc. 11**), Senhor Prof. Reis Silva (**doc.12**), Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro (**doc.13**), Prof. José Pinto (Boidobra), Senhor Dr. Artur Meireles (**doc.14**), Senhor Prof. Bernardino Gata, Senhor Marco Gabriel, Senhor Dr. José Serra dos Reis (**doc.15**). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou:

- “O Mural das Freguesias, simboliza através do Brasão de cada Freguesia o mundo Rural na nossa Cidade, reunindo desta forma aquilo que consideramos uma homenagem ao Poder Local de todas as Freguesias;

- Da presença do Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, na próxima 3.ª feira na Câmara da Covilhã, para reunir os com 12 Presidentes de Câmaras da COMURBEIRAS, e analisarem em conjunto o Plano de Desenvolvimento da COMURBEIRA;

- Amanhã tem lugar o tradicional Almoço dos Seniores do nosso Concelho. Estão inscritos 2500 homens e mulheres que habitualmente convivem com os Órgãos do Município todos os anos;

- No 2.º semestre de 2007 instalaram-se no PARKURBIS mais 8 Empresas com 43 funcionários;

- Sobre as observações feitas:

- As Freguesias - desde o ano de 1998, as Juntas de Freguesia, celebraram com a Câmara um total de 16 milhões de euros só em protocolos até final do de 2007;

- As Juntas de Freguesia já, em 2007, receberam uma verba, que foi retirada pelo Estado às Câmaras, relativa ao Imposto Municipal sobre Imóveis Rústicos e que transferiu directamente para as Juntas. Que na Câmara da Covilhã se situou em 83 mil euros;

- Imposto sobre Direito de Passagem – a transferência de verbas do imposto de 2007, obviamente que se impõe que no orçamento de 2008 haja rubrica para receber essas verbas. Como este imposto foi retirado na última sessão e não voltou cá. Não há imposto em 2008;

- Teatro Cine – Serve para, no futuro, ter mais do que os 30 mil espectadores que teve nos últimos anos, por ano. Quando as negociações estiverem concluídas, neste momento situam-se na discussão da forma de pagamento. O Centro de Artes deixa de ter lugar e o espaço será utilizado. A Câmara tem ideias para a utilização do espaço. É isso que vai acontecer;

- 49% da água – é uma preocupação que eu vejo aqui expressa. Eu pensava, quanto mais tarde a Câmara viesse cá com notícias mais satisfeitos os intervenientes opositoristas ficavam. O que era lógico. Ou seja se há uma coisa que nós não gostamos que seja feita pela Câmara da Covilhã, como o Presidente da Câmara não fala nisso provavelmente até já se esqueceu. Portanto, melhor para nós. Mas não, é uma espécie de auto masoquismo Municipal. Vêm falar

daquilo que não querem. Há uma realidade que eu vos quero comunicar, Senhores Deputados do Partido Socialista: O Expresso 05 de Novembro de 2007, fotografia do senhor Ministro do Ambiente Nunes Correia, privatização da água vai avançar!

Uma Moção aqui contra isto não vos ficava mal. Porque é mais do que o Município é a privatização da água no País. Não vos ficava mal. E sabem o que é que eles vão privatizar? O Governo vai privatizar aquilo que roubou às Câmaras e que meteu nas Águas de Portugal e nos sistemas multi-municipais. Como os Senhores queriam em relação á Câmara da Covilhã. É isso que eles vão privatizar.

Portanto os senhores têm que fazer o trabalho de casa e pelo menos terem as cautelas de não trazerem temas onde de facto o argumentario contrário entra pelas vossas hostes sem qualquer resposta. Vocês não querem que a Câmara da Covilhã venda 49%,ficando com 51% o que significa, para qualquer mente minimamente dotada, que tem o domínio de uma Empresa. Não querem isso, mas, já não se importam que o Ministro, não foi há 10 anos foi em 05 de Novembro de 2007, venha aqui dizer que vai privatizar. O quê? Os sistemas multi-municipais. De quem? Das Câmaras Municipais onde os Senhores queriam que a Câmara Municipal estivesse, ou seja, um dia destes as Águas do Zêzere e Côa vão cair aí nas mãos de não sei de quem, por tuta-e-meia, do Fundão, dos patrimónios do Fundão e da Guarda e de não sei quê, sem que os Presidentes de Câmara e Assembleias Municipais ... zero. É isso que os Senhores queriam. Foi contra isso que nós nos batemos aqui.

Esta notícia, já se sabia que ia acontecer, queriam engordar o porco para o venderem mais tarde. Não o engordaram com o património da Covilhã. Porque o património da Covilhã é aqui decidido, nesta Assembleia, não é em Lisboa pelo Senhor Ministro. Portanto não falem dos 49%. Porquê? Quando a Câmara o aqui trouxe é no final de uma negociação onde defendeu até á exaustão a melhor solução para a Covilhã e os Senhores só por muita dificuldade não vão votar a proposta que vamos aqui trazer. Só por razões ideológicas, só invocando razões ideológicas. Que aqui não são compagináveis face a isto. Porque o mínimo de coerência levava ... O Partido Comunista é coerente. O Partido Comunista acha que as Barbearias ainda deviam estar na posse do Estado e que o Barbeiro devia ir receber ao balcão do Estado. É coerente. Agora os Senhores defendem na Covilhã uma coisa que depois ... eu não sei se algum dos Senhores está na lista de Deputados de Castelo Branco? Porque parece que já chegaram ao fim. Mas se estivessem, eu ria-me que estivessem, aqui na Assembleia Municipal da Covilhã a defender um voto contra a privatização das Águas da Covilhã e depois chegassem à Assembleia da Republica: "o Senhor Ministro do Ambiente é o maior, porque agora vai criar um verdadeiro mercado da água. É isto que se passa no Partido Socialista da Covilhã. Depois os Senhores falam em fim de ciclo. Os Senhores, é que não são capazes de começar o ciclo. Porque há dois anos mandaram-vos outra vez para a oposição e depois vêm aqui falar em fim de ciclo.

Os Senhores parecem aquelas Empresas falidas, que estão falidas, não têm produtos para o mercado, de maneira que só vêem uma solução, ver se os outros abrem falência. Não são capazes de criar nada no mercado nem cativar o Mercado. Estão falidos politicamente e acham que a única hipótese de ganhar

mercado eleitoral é ver se os outros também entram em falência, mas estão arrumados porque de facto a concorrência não depende do vosso talento. Em relação aos 49%, eu acho que o mínimo de previdência sobretudo com estas notícias aqui, dou-vos cópia se os Senhores acharem que isto foi criatividade do Município. Não, nós não temos a simbologia do Expresso. Isto está na Internet. Eu honro-me muito como Covilhanense de que o Município da Covilhã tenha seguido o seu próprio caminho, neste domínio como noutros.

- Endividamento – Os Senhores, Comissão Política da Concelhia do Partido Socialista, disseram num Jornal da Região 05 de Julho de 2007, rotura financeira na Covilhã, 3.<sup>a</sup> posição do ranking, 19.º lugar não sei em quê, esta semana, quem vocês dizem que está à frente do endividamento está atrás.

O Ministro que disse que as Câmaras tinham que ser metidas na ordem agora anda a dizer, como já aqui foi trazido, que é capaz de começar a fazer uns cursos de formação profissional para os Presidentes de Câmara para ver como é que enganam os Bancos. Para quê? Para por o contador a zero.

O Senhor Deputado veio dizer “se isto vale para Lisboa, que todo o País o faça”. Alguém, na Bancada do Partido Socialista, defende que o tratamento para Lisboa seja só para o Senhor ex. Ministro?

Imaginem que, os Presidentes de Câmara de todo o País, agora entendem que tudo aquilo que é dívidas correntes e que têm a ver com o mercado Local, com o mercado Regional é melhor que seja concentrado numa única Entidade, de forma a injectar na economia Local aquilo que são as dívidas a 5, a 6, a 7, a 8, a 9, a 10 meses. Porque é que isto não há-de poder ser feito, se é feito em Lisboa? Qual é o problema?

Nós pagámos o mês de Maio de 2007 a todos os Fornecedores. Se agora decidiremos pagar o Junho, o Julho, o Agosto, Setembro, Outubro, porque o Novembro está em conferência, porque é que não havíamos de poder ir a buscar um financiamento ao Banco, para por o conta-quilómetros a zero?

É neste sentido, provavelmente, que falou aqui nisso. Porque que eu saiba quem apresenta proposta de financiamento, à Câmara, é a Câmara e não os Senhores Deputados.

O que eu queria aqui salientar é um certo sem-vergonhismo político, daqueles que pensam que a memória é curta e que têm o azar de deixar estas coisas escritas.

Sobre roturas financeiras e quanto a pertencer a listas não tem lá a Câmara da Covilhã. Na Região tem lá outros Municípios que têm a ver com os Senhores, com a vossa ideologia e com o vosso Partido. No País, tem a ver com a primeira Câmara do País, que era suposto ser um modelo de gestão e que é aquilo que todos sabemos.

Portanto, deste ponto de vista eu acho que 30 anos depois do 25 de Abril o debate devia de ser elevado sobre esta matéria.

Vejo aqui quem quase se congratule e que depois queira a quadratura do círculo dizendo que o Orçamento é pobre mas ao mesmo tempo que a Tesouraria também é pobre. Queria mais obras e menos endividamento.

E Não há uma palavra para o Governo, que provavelmente estará a dar às Câmaras, em termos de transferências correntes, metade do que nós tínhamos em 2003.

O Partido Socialista é o Coveiro do Poder Local em Portugal.

E ainda se permite vir fustigar endividamentos, poucas obras, etc. Aconselhava o Partido Socialista da Covilhã a que tivesse humildade.

O QREN é a desgraça total. Julgando nós que na 1.<sup>a</sup> semana de Janeiro se começava a trabalhar na fixação da data para apresentação de candidaturas o Gestor Profissional, nomeado pelo Governo para a Região Centro, demitiu-se antes de começar as suas funções. Porque viu a baralhada, que eram os Fundos Comunitários.

Um Partido que, faz não transferências para as Câmaras mas, já gastou 15 milhões de contos em estudos para a OTA; um Partido que não coloca os fundos Comunitários à disposição tem estas ramificações Locais que actuam como se, efectivamente, não tivesse os comandos das Finanças Públicas em Portugal.

É isto que eu quero, em termos de resposta às observações que nos foram feitas, dizer-lhes que não há nenhum Presidente da Câmara, no nosso País, sério, que não possa deixar de dizer que a vida não tem sido fácil este ano de 2007. Não foi fácil, mas continuámos a transferir para as Juntas de Freguesia, no dia 1 de cada trimestre, a respectiva verba; continuámos a celebrar protocolos de acordo com a negociação efectuada com os Senhores Presidentes de Junta e a apreciação feita conjuntamente.

No próximo ano, assim o esperamos, com todas as operações que estão em curso, na Câmara Municipal, vamos ter um ano diferente.

No 1.º trimestre vamos lançar obras, se tudo correr bem, que estimamos em cerca de 2 milhões e meio - três milhões de contos.

A Actividade Municipal também se faz com obras que são importantes para a Região e para o Concelho.

Até agora, não temos notícias do IC6, da ligação para Coimbra e da ligação para Unhais, que está pronto a ir para concurso. Espero que o Governo e o Senhor Primeiro - Ministro, que nós convidamos para visitar a Covilhã, logo que possível, nos possa anunciar a abertura de concurso. Porque, não há mais razões para que se não abra concurso para o IC6, não há mais razões para que se não abra concurso para a variante à Cidade, na medida em que está tudo resolvido, pelo menos em termos de duas faces desta obra, visto que havia problemas de natureza de impacto ambiental junto ao túnel na Biquinha.

Há aqui um conjunto de obras, que são importantes para o Concelho mas, que dependem do Governo.

Acompanho inteiramente as preocupações da Assembleia Municipal quanto à questão do Tribunal.

Queria aqui declarar, publicamente, que eu coloco o problema do futuro do Tribunal da Covilhã, no mesmo plano em que coloquei a Maternidade da Covilhã.

Se, porventura, este Governo, ou outro, nos quiser diminuir, em termos de retirar da Covilhã, qualquer peça que tenha a ver com o sistema das estruturas Judiciárias, evidentemente, que isso interpela a questão política de fundo do Concelho da Covilhã. Porque, há coisas em que a mexer-se e a tocar-se, se porventura, o Governo, no exercício da sua responsabilidade, quiser concentrar em grandes Tribunais na Região, em Castelo Branco já lá tem o Tribunal Administrativo, que concentre na Covilhã.

Considero isso, uma questão de fundo, relativamente aquilo que nós temos de responsabilidade perante a População, perante aquilo que queremos para a nossa Cidade.

A nossa Cidade não é imaginável sem ter um Tribunal Judicial! Não é imaginável! Sejam quais for os desenvolvimentos que esta matéria tenha. Quero dizer-lhes que estaremos muito atentos. Na altura própria tomaremos as necessárias atitudes”. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal da Covilhã para o ano 2008**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 41 votos a favor e 14 votos contra (PS, CDU e BE)**. -----

Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro:

- Senhora D. Isilda Barata votou a favor (**doc.16**). -----

### **2.3 - 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2007 DA CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 27 de Novembro de 2007, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 9656 de 2007.11.28 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não houve intervenientes. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2007 da Câmara Municipal da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 48 votos a favor e 8 abstenções (BE, CDU e PS)**. -----

### **2.4 - DERRAMA PARA O ANO 2008**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 16 de Novembro de 2007, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto alínea f), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 9598 de 2007.11.26 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não houve intervenientes. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Derrama para o ano 2008**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 60 votos a favor e 02 abstenções (PS)**. -----

## 2.5 - PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 27 de Novembro de 2007, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, conjugado com a alínea r), do n.º 1, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 9657 de 2007.11.28 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não houve intervenientes. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Nomeação de Auditor Externo**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

## 2.6 - DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – TEIXOSO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Outubro de 2007, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 8989 de 2007.11.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Dr. José Serra dos Reis (**doc. 17**) e o Senhor Pedro Leitão (**doc. 18**). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse: “O que está aqui em causa é um pedido, de um privado Loteador para que seja alienado, situação que deve ser a sexagésima nona de há dez anos para cá ou de há 20 anos para cá, uma pequena parcela de 90m<sup>2</sup>, de uma empresa chamada RECOHABITA dirigido por requerimento à Câmara, em 26 de Abril, solicitando que a Câmara se digne a autorizar o alinhamento de extremas e conseqüente cedência da parcela de terreno. Como este terreno estava no domínio público, tem que vir para o domínio privado do Município que depois propõe à Câmara. Outras apresentações, no género do mistério policial, da parcela do terreno, não posso explicar mais. É uma decisão informada pelos Serviços, analisada pelos Juristas, aprovada pela Câmara. Vem à Assembleia Municipal, não posso dizer mais nada”. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Público para o Domínio Privado do Município – Teixoso**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 43 votos a favor e 01 voto contra (BE) e 11 abstenções (PS e CDU)**. -----

Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro:

- Senhor Dr. José Serra dos Reis: “O Bloco de Esquerda vota contra, porque lhe restam dúvidas se, se pode proceder a esta votação depois do terreno, em questão, estar já ocupado com uma construção ou com parte de uma casa tal como configuram as fotografias e o plano que nos foi apresentado”. -----

## **2.7 - EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA – ALARGAMENTO DA AVENIDA EUROPA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Outubro de 2007, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do n.º 4, do artigo 14.º, da Lei n.º 168/99 de 18 de Setembro, através do ofício n.º 8987 de 2007.11.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não houve intervenientes. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Expropriação por Utilidade Pública – Alargamento da Avenida Europa**, foi a mesma **aprovada unanimidade**. -----

## **2.8 - EXPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA – REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ZONA DA ESTAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO ARRUAMENTO URBANO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de Outubro de 2007, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do n.º 4, do artigo 14.º, da Lei n.º 168/99 de 18 de Setembro, através do ofício n.º 8988 de 2007.11.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não houve intervenientes. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Expropriação por Utilidade Pública – Requalificação Urbana da Zona da Estação para Construção de Novo Arruamento Urbano**, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Foi feita Declaração de Voto, pelo Membro:

- Senhor Prof. Reis Silva: “Nós votámos favoravelmente, como é evidente, esta proposta. É mais um jardim, os espaços verdes são necessários na Cidade, mas solicitava á Câmara o melhor cuidado para aquela calçada no sentido da sua recuperação”. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não houve solicitações, por parte, dos Cidadãos para intervirem. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia desejou a todos UM BOM NATAL. -----

### **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

A Chefe de Secção,